

A FORMAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: Alguns Apontamentos

Célia Regina Appio – Furb¹

Izilene Conceição Amaro Ewald – Furb²

Valdelino de Carvalho Silva – Furb³

Resumo: A formação humana é fundamental para a concepção e desempenho da prática pedagógica. Assim, a formação integral, enquanto concepção teórica pressupõe o desenvolvimento integrado do sujeito durante seu percurso formativo, ou seja, possui em sua proposta de ensino potencialidades que pretende desenvolver cognitivamente por meio da mescla das mais diversas áreas do conhecimento inter-relacionando-as. Assim sendo, correlaciona e busca transmitir com clareza as conexões existentes entre: desejo, subjetividade, emoções, socialização, entre outros aspectos que não se resume exclusivamente à formação e desenvolvimento do intelecto. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva discutir a importância da formação integral na Educação Profissional e Tecnológica. Na elaboração do presente trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, buscando identificar e analisar as diferentes abordagens envolvendo o termo educação integral. Assim, fez-se necessário observar qual o destaque da educação integral nos documentos oficiais brasileiros no que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras Chave: Formação Integral. Política Educacional. Formação Humana.

INTRODUÇÃO

O tema da formação integral tem sido objeto de estudo de educadores no sentido de promover a educação emancipatória. Como Paulo Freire (1985, p. 125) nos diz, a educação emancipatória envolve “um processo pelo qual o educador convida os educandos a desvelar a realidade criticamente”. Assim, é importante pensar a educação para além dos interesses do capital. Pensar a educação como meio da luta em prol de uma sociedade melhor. A formação integral nos remete a ideia de uma formação ampla e completa, a qual envolve as diversas dimensões constitutivas de quem forma e de quem está sendo formado. Nesse sentido, consiste numa possibilidade de ação em que o sujeito se encontra por inteiro. Formar por inteiro implica em levar em consideração as várias dimensões de um processo de formação integral. Os processos voltados para a formação integral implicam em práticas pedagógicas que contemplam essa dimensão constitutiva da vida, ou seja, o ser por inteiro. De acordo com Ciavatta (2014), a formação integrada significa integrar as dimensões estruturantes da vida: trabalho, ciência e cultura, permitindo novas perspectivas de vida para os jovens, possibilitando-os concorrer para a superação das desigualdades sociais. A formação na perspectiva integral vê o sujeito na sua

1 Mestre em Educação – FURB

2 Especialista em Gestão, Supervisão Orientação Escolar e– UNIASSELVI

3 Graduado em Ciências Sociais - FURB

totalidade, no seu modo de ser, com as suas vivências e experiências, nada substitui a vida em si, já que a vida pulsa em cada escolha, sendo a vida a balizadora do processo. A importância da formação integral se constitui na contribuição teórica, histórica e social em que estas práticas agregam na construção do ser por inteiro. Sabemos que a fragmentação se apresenta no mundo do trabalho, na educação de modo geral, e repercute no modo de ser como um todo, e que por isso, é um fenômeno presente na vida cotidiana em seus diferentes momentos e movimentos, espaços / tempos, e situações que nos cercam.

O estudo acerca da formação integral nos remete a pensar a Educação Profissional e Tecnológica enquanto um campo de estudos favorável a esta perspectiva. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva discutir a importância da formação integral na Educação profissional e Tecnológica.

Para a elaboração do presente trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental como parte integrante de um projeto idealizado pelo grupo de pesquisa EDUCOGITANS, do Programa de Pós-graduação em Educação da FURB (PPGE-FURB). A fim de atingir o objetivo proposto utilizamos a Lei n.11.892, de 29 de dezembro de 2008; e fizemos uma pesquisa bibliográfica sobre a educação integral a partir de estudos de Pestana (2014), Coelho (2010), Maurício (2009), Centro de Referência de Educação Integral (2009), Ciavatta (2014) e Paulo Freire (1996, 1985).

Segundo Gil (2010), a pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza dados ainda não tratado cientificamente e tem, por objetivo, complementar a pesquisa bibliográfica. Buscamos, a partir da Legislação, elementos para pensar o contexto dessa pesquisa. A análise dos dados foi feita considerando as diretrizes legais, as quais orientam os Institutos Federais de Educação em nível nacional quanto aos encaminhamentos da gestão, organização e as questões relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão.

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: no primeiro momento, trazemos alguns conceitos de Educação Integral; No segundo momento, abordamos o lugar da Educação Integral nos documentos oficiais brasileiros no se refere à Educação Profissional e Tecnológica. Para finalizar, fizemos alguns apontamentos finais.

A formação integral e a Educação Profissional e Tecnológica ocupam lugar de destaque nas discussões de pesquisadores e estudiosos preocupados e envolvidos com o tema. Essas discussões expressam a ideia de que a Educação Profissional tecnológica prepara o estudante para além das necessidades do mercado de trabalho, ou seja, busca a realização pessoal e profissional do futuro trabalhador. A ligação entre a Educação Profissional e Tecnológica e a formação integral - enquanto projeto educacional - traz em sua dimensão histórica a luta incansável e o desejo de religar o humano ao mundo do trabalho, de modo que o estudante encontre sentido no que faz e que esse sentido o conecte com a vida em sua plenitude.

1. CONCEITOS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Os estudos acerca do conceito de Educação Integral a partir de Coelho (2010), aponta para a “educação integral no que se refere ao tipo de abordagem educacional, fundamentada numa determinada concepção filosófica e (ou) prática pedagógica. Dito de outra forma, “(...) o conceito é abrangente e, dependendo do contexto em que é usado, revela as disputas que essas concepções e práticas comportam” (COELHO, 2010). Por sua parte, Maurício (2009) aponta para a Educação Integral como um movimento onde se reconhece a pessoa como um todo, tendo um corpo e intelecto, e que essa integralidade se constrói através de linguagens diversas, envolvendo várias atividades e circunstâncias, onde os aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros se constituem conjuntamente, (Maurício, 2009, p.54-55).

Segundo Pestana (2014, p. 37), o conceito de Educação Integral passou historicamente por diversos olhares. Para esta pesquisadora, existem duas abordagens sobre a Educação Integral. A primeira diz respeito à perspectiva sócio histórica da Educação Integral e a segunda abordagem diz respeito à perspectiva contemporânea da Educação Integral. Como exemplo da segunda abordagem, temos a primeira experiência no Brasil relacionada à perspectiva sócio histórica, em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros.

Pestana (2014, p.37) aponta que a Educação Integral segundo a perspectiva sócio histórica valoriza as diversas dimensões constitutivas do ser humano. Já a contemporânea de Educação Integral visa à formação integral por meio dos programas, ou movimentos que vão surgindo com o slogan “Melhorar a educação.” Segundo o Centro de Referência em Educação Integral (2019), a educação integral diz respeito a uma concepção de educação que envolve o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões, entre elas, intelectual, física, emocional, social e cultural. Essa concepção deve se organizar como um projeto coletivo, no qual crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais têm projeto em comum. Nesse sentido, o Centro de Referência em Educação Integral (2019), aponta que essa proposta “é uma proposta contemporânea porque alinhada as demandas do século XXI, tem como foco a formação de sujeitos críticos.” Para o Centro de Referência em Educação Integral (2019), essa proposta é constituída por alguns pressupostos, tais como: É inclusiva porque reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todas e todos. É uma proposta alinhada com a noção de sustentabilidade porque se compromete com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se deve aprender e o que se pratica. Promove a equidade ao reconhecer o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com as múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Assim sendo, são apresentados os pressupostos de uma proposta educacional que intenciona promover a educação integral. Essa proposta coloca a importância de todos assumirem a educação de crianças, jovens e adultos e passa a ser o lugar “lócus” privilegiado para que “mudanças ocorram na sociedade”. A escola nessa perspectiva, passa a ser entendida também como um espaço de educação integral, no qual muitas das mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho, também tomam nova configuração. Enquanto articuladora de experiências educativas, também pode ser articuladora de outras vivências e que por isso, pode ser lugar de terreno fértil. Outro detalhe importante é sobre a intencionalidade pedagógica que aproxima o contexto de estudo da vida do estudante.

Pestana (2014) aponta que a perspectiva contemporânea de Educação Integral está voltada para a proteção social do sujeito. O termo educação integral ganha outra dimensão significativa, parte de princípio, programa e projeto configurados a partir de políticas públicas sociais integradas e que pode incluir também a ampliação do tempo de permanência do estudante na escola.

A ideia de Educação integral ancorada na ideia de Educação em Tempo Integral esteve presente na obra de Anísio Teixeira no início de 1930, a qual foi baseada no espírito higienista educacional. E, em 1950, chegou como uma proposta de educação emancipadora de indivíduos de nação (CAVALIERE, p.249). A defesa de Educação Integral por Anísio Teixeira passou por diversos momentos permanecendo em seu pensamento os temas como alfabetização das massas, fim do dualismo escolar e qualidade da educação popular e manteve essa forma de pensar ao longo de sua vida.

2. A EDUCAÇÃO INTEGRAL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS BRASILEIROS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Os estudos acerca do lugar da Educação Integral nos documentos oficiais brasileiros referem-se aos encaminhamentos da política educacional, que por sua vez estabelecem as diretrizes que norteiam o modo de organização, e os encaminhamentos para a prática pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), compreende-se por Educação Profissional e Tecnológica (EPT), uma Modalidade Educacional, amparada e prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em que o seu principal objetivo é preparar o estudante, “[...] *“para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade*”. Em linhas gerais, busca propiciar um nível de conhecimento, habilidade e capacidade para o exercício de sua ação profissional alicerçada a vida em sociedade. A resolução, que fomenta esta concepção, busca por promover cursos de: Qualificação; Habilitação Técnica e Tecnológica; como também, fomenta a vida em sociedade.

Nossos estudos buscam discutir a importância da formação humana na Educação Profissional e Tecnológica, considerando, as dimensões do Trabalho, da Ciência e da Tecnologia. E, conforme proposições, dos direitos da Educação para o Trabalho, conforme artigo 227 da Constituição Federal, que inclui o direito à “educação” e a “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos “com absoluta prioridade”.

Ao que se refere à autoria destes documentos, podemos destacar um conjunto de responsáveis, que operaram para definir as Leis e normatizações apresentadas na EPT. Nesse pressuposto, destacamos como Órgãos normatizadores da EPT, no nível da União: o Congresso Nacional; o Conselho Nacional de Educação; o Ministério da Educação e os Órgãos próprios das respectivas Redes e Instituições de Ensino. Já, no nível dos Estados/Distrito Federal e Municípios, destacam-se: os Conselhos de Educação; as Secretarias de Educação e os Órgãos Próprios das respectivas Redes e Instituições de Ensino.

A abrangência teórica das metodologias e das concepções que orientam os saberes e os fazeres dos profissionais, na dimensão da prática pedagógica, perpassam nas áreas da Ciência, da Tecnologia, bem como da Cultura e Ética. A consciência humana reverbera no reconhecimento de uma prática criativa, crítica e coletiva, e que pode contribuir para o desenvolvimento humano e para a educação integral.

A Política Nacional da Educação Profissional e Tecnológica e suas legislações orientam o modo de organização da EPT no Brasil. Estabelecem os parâmetros e as diretrizes legais para a ação pedagógica. É o grande marco que, depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9393/96, trata com mais atenção das práticas pedagógicas.

Enquanto Legislação para nortear as discussões frente a esta pesquisa que objetiva discutir a importância da Formação Integral para a Educação Profissional e Tecnológica tomamos a Lei de n. 11.892, de 29 de dezembro, de 2008. Lei que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, e que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que por sua vez, adverte no Art.2:

Os Institutos Federais, Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi são especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos que mobilizam suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, a base da EPT esta ancorada nos conhecimentos técnicos e tecnológicos que se traduzem na prática pedagógica, e podem contribuir para a formação integral na Educação Profissional e Tecnológica.

Quanto as Finalidades e Características da Educação Profissional e Tecnológica, o artigo de n. 6, incisos I,

II, II –diz que:

- I- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento sócio econômico local, regional e nacional.
- II- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiares regionais.
- III- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

Estas diretrizes apontam para uma proposta pedagógica, com objetivos em torno da formação integral, que visa preparar o estudante para o mercado de trabalho e assim contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local e regional. Enquanto uma característica, entendemos como um processo educativo, no qual a pesquisa contribuirá para o desenvolvimento de tecnologias que atendam as necessidades da realidade social, local e regional; também buscará a integração e a verticalização da educação básica a superior, de modo que favoreça os processos de inclusão e de gestão.

Sobre os Objetivos dos Institutos Federais, o art. 7, nos incisos III, IV e V da Lei de número (Lei) 11.892, de 29 de dezembro de 2008, apontam que:

- III- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.
- IV- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, Desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.
- V- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do Desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A formação humana enquanto dimensão da prática pedagógica que permeia os processos metodológicos visando o alcance dos objetivos dos Institutos Federais pode contribuir para a educação integral na medida em que leva para a comunidade os benefícios de suas pesquisas, articula suas atividades de acordo com os princípios da EPT e com o mundo do trabalho, valoriza a educação como processo de emancipação do cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação Integral na Educação Profissional e Tecnológica ocupa lugar de destaque nas discussões de diversos estudiosos envolvidos com o tema. Essas discussões expressam a ideia de que a Educação Profissional e Tecnológica prepara o estudante para além das necessidades do mercado de trabalho. A educação integral vem ganhando espaço no debate público nacional, no que diz respeito às políticas educacionais. Este trabalho teve como objetivo discutir a importância da educação integral na Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, considera e estabelece conexões com a expressão criadora, que por sua vez envolve a criatividade, elementos constitutivos da história subjetiva como, por exemplo: emoções, motivações, estética, ética, afetividade, sociabilidade, entre outros. A educação integral, além disso, considera o papel

crítico-emancipatório, provocando gradativamente a autonomia do sujeito nesse processo formativo. Assim a educação integral valoriza a ampliação dos espaços de aprendizagem, por meio da extensão como elemento da dimensão da prática pedagógica voltada para uma formação humana que possibilite o reconhecimento da pessoa integralmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, cria os institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em: 10 de agosto de 2019.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCACAO INTEGRAL, disponível em <http://educacaointegral.org.br>. Acesso em 28 /08/2019.

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral. Por que Lutamos? Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7693/5935>.

COELHO, L. M. C.C.; PORTILHO, Danielle. Educação integral, tempo e políticas públicas: reflexões sobre concepções e práticas. In: COELHO, Lígia Martha C. da Costa (org.). Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Athas, 2010.

GOV, Planalto. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível no site em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

MAURICIO, L.V. Políticas públicas, tempo, escola. In: COELHO, L. M. C. C. (Org.). Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo. Petrópolis, RJ: DP et All, 2009, p. 53-65.

PESTANA, Simone Freire Paes Pestana. Afinal, o que é Educação Integral? Revista Contemporânea de Educação, vol. 9, n.17, janeiro/ junho de 2014.